

## Resumo Alargado

Este estudo analisa a importância dos sectores da construção civil, residencial e de serviços ao nível dos padrões nacionais de consumo de energia. Tem como objectivo promover a reflexão em três questões essenciais: 1) a importância destes sectores na redução das emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente dióxido de carbono; 2) o seu papel como um instrumento que pode ser utilizados para Portugal cumprir os níveis de emissão que se comprometeu no Protocolo de Quioto; 3) e finalmente reflectir acerca da sua importância para outros sectores de actividade, que já estão abrangidos pelo Protocolo de Quioto, mas que têm um grande peso na economia nacional devido ao seu volume de exportações. Esta análise é feita com base nas projecções de emissões nacionais de dióxido de carbono para os próximos 13 anos (até 2020), compreendendo dois cenários: o *business as usual* e um cenário que contempla a introdução de algumas medidas de redução das emissões, já estabelecidas pelos programas de acção elaborados a pedido do governo nacional.

Do ponto de vista do sector da construção, são enfatizadas as vantagens competitivas que as empresas terão através da internalização de princípios de sustentabilidade, sobretudo ao nível energético. O trabalho foi elaborado com a premissa de que o contributo que pode advir da mudança de padrões de consumo energético associados à construção/operação de edifícios (residenciais e de serviços) pode ter vantagens, que podemos definir como tendo 4 dimensões: para a empresa de construção e/ou promoção imobiliária que desenvolve os projectos, para os consumidores que adquirem os edifícios, para outros sectores industriais de alta tecnologia que poderão ver aumentadas as suas licenças de emissão, para assim continuarem a crescer e finalmente pode trazer grandes vantagens para o país através da promoção do desenvolvimento sustentável.

O estudo reflecte a extrema dependência energética do país em relação aos níveis de importação de energia de fontes não renováveis e altamente poluentes, o que torna Portugal num dos países da União Europeia com maior intensidade energética. A metodologia de cálculo utilizada implicou que a energia consumida pelos edifícios (maioritariamente proveniente do consumo de electricidade) fosse calculada em termos de emissões de dióxido de carbono. Dos valores de emissões encontrados (para projecções actuais e futuras), o autor analisou a contribuição que os edifícios podem ter na redução das emissões nacionais de CO<sub>2</sub>, se as medidas relacionadas com a eficiência energética dos edifícios ao nível da construção, já identificadas pelo Governo Português, fossem aplicadas. O estudo finaliza também com a identificação do total de dinheiro que o país pode poupar através da garantia de que estas medidas são consideradas de forma efectiva pelo sector da construção, o que pode reduzir a estimativa da multa que Portugal terá de pagar pelo incumprimento do Protocolo de Quioto, já contemplado no Fundo Português de Carbono, que o autor considera, no entanto, estar subavaliado.